

Restabelecer a confiança

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Teresa de Sousa

No início deste ano, numa entrevista concedida ao Público, Jacques Delors dizia que a prioridade da União Europeia era restabelecer o clima de confiança entre os seus membros. Sem reencontrar o velho «espírito de família», seria difícil à Europa enfrentar os seus quatro grandes desafios, que o antigo presidente da Comissão definia assim: «a paz, a modernização económica, a existência política e a coesão económica e social».

Delors, que presidiu à Comissão de 1985 a 1995, conseguiu retirar a Europa da «euroesclerose» em que estava mergulhada no início da década de 80 e conduzi-la através da «súbita aceleração da História» desencadeada pela queda do Muro de Berlim. Primeiro, com o objectivo do Mercado Interno, depois com o Tratado de Maastricht e a UEM. O clima de confiança que conseguiu restabelecer em torno destes objectivos, numa altura em que a Europa era ainda a Doze, foi-se esvaindo nas incertezas de um alargamento politicamente inadiável mas mal preparado, nas turbulências do mundo pós-guerra fria, na reavaliação do interesse e do posicionamento de cada país na construção europeia. O pós-11 de Setembro e a viragem na política externa americana lançaram a União numa profunda crise de indefinição do seu próprio futuro. A guerra no Iraque afectou duramente o que poderia ainda restar de espírito de solidariedade interna e do sentimento de partilha de um destino comum. A actual crise europeia é, fundamentalmente, a crise sobre o seu papel no mundo. A nível político, mas também a nível económico.

José Manuel Durão Barroso assume, pois, as suas funções de presidente da Comissão Europeia em circunstâncias particularmente exigentes. Cabe-lhe a tarefa ciclópica de recolocar a Comissão no centro da construção europeia, como esteve no tempo de Delors. A Comissão a que vai presidir é a primeira em que os grandes países terão apenas um comissário, em pé de igualdade com os outros. É visível a incomodidade com que aceitam este novo estatuto, que explica, pelo menos em parte, a reivindicação (mais ou menos brutal) dos «super-comissários», responsáveis por áreas estratégicas

da acção da Comissão. E é também a herdeira de 10 anos de perda quase constante de influência política, fruto da fraqueza das lideranças de Jacques Santer e de Romano Prodi e do desgaste das instituições da UE perante a opinião pública europeia. A sua primeira tarefa é inverter este ciclo.

Os poderes da Comissão saíram praticamente intactos dos trabalhos da Convenção e da Conferência Intergovernamental (CIG) que conduziram à nova Constituição europeia. O novo tratado constitucional dá-lhe maior legitimidade política. A sua influência na política externa europeia será maior, por virtude do novo ministro europeu dos Negócios Estrangeiros, que presidirá ao Conselho das Relações Externas, vir a ser também um dos vice-presidente da própria Comissão. Se houve uma explicação para a escolha unânime de Barroso, depois do braço-de-ferro entre o eixo franco-alemão e o Reino Unido em torno das candidaturas de Guy Verhofstadt e de Chris Patten, ele esteve no facto do antigo primeiro-ministro português ter uma ideia da Europa que concilia uma visão pró-federal da integração com uma sensibilidade atlantista. Os seus poderes não são decisivos em matéria de política externa. Mas o seu contributo para sarar as feridas profundas abertas pelo Iraque, responsáveis pelo clima de desconfiança que quase bloqueia a União, pode fazer a diferença. É neste domínio que Barroso revela maiores capacidades. Mas é a economia o reino da Comissão e a «estratégia de Lisboa» o seu principal instrumento. Barroso enfrenta aí o seu primeiro teste: não abdicar da sua liderança, entregando a super-comissários (da França, da Alemanha ou do Reino Unido) as rédeas da acção da Comissão neste domínio fundamental dos seus poderes e das suas responsabilidades. Isso gravaria as desconfianças e as divisões. Os compromissos que assumiu perante o Parlamento Europeu vão nesse sentido. O declínio económico, e não apenas político, é um dos maiores desafios que a Europa enfrenta actualmente.

O segundo desafio de Barroso – o primeiro grande teste à sua visão económica e social e à sua capacidade de liderança – será a forma como conduzir a negociação das novas perspectivas financeiras para 2007-2013. É neste domínio que os egoísmos nacionais se manifestam hoje com mais força. O presidente da Comissão tem de conseguir demonstrar que, com um mercado único cada vez mais integrado e com uma moeda única, a coesão económica e social é uma condição indispensável de crescimento e um benefício para todos. É a sua autoridade política que estará em causa. Barroso passou facilmente o teste do PE. O estilo e a personagem deixaram boa impressão. A firmeza das ideias deixou mais dúvidas. Só agora se verá se são ou não infundadas.